

CRESCIMENTO E CONÔMICO E POBREZA NA AMÉRICA LATINA: notas sobre uma relação assimétrica

Carlos Nelson dos Reis *

RESUMO

O presente texto contempla uma pontuação e análise do crescimento econômico e da pobreza nas principais economias da América Latina. Para tanto, desenvolve uma breve pontuação histórica da Região, para na seqüência destacar o comportamento dos agregados que apontam para o crescimento econômico e, posteriormente analisa um conjunto de indicadores sociais que apontam para o recrudescimento da pobreza na Região. Conclui destacando que a América Latina teve um vigoroso crescimento econômico nos últimos 50 anos, mas, no entanto, não logrou diminuir suas históricas desigualdades sociais. Assim, a característica básica da região é a coexistência de uma parte de sua população inserida no contexto de consumo capitalista e outra excluída, em algumas situações, até mesmo das necessidades básicas para a sobrevivência.

PALAVRAS CHAVES: Crescimento – Pobreza – América Latina

INTRODUÇÃO

No conjunto, as diferentes economias que compõe a América Latina guardam algumas semelhanças históricas. Trata-se de economias que iniciaram tardiamente processos de transformação de suas respectivas matrizes produtivas e que, por isso, acabaram encontrando um conjunto de restrições econômicas que, ao serem contornadas, via de regra, terminam repercutindo no fortalecimento de problemas sociais.

De uma maneira geral, essas economias tiveram, ao longo de suas trajetórias, um modelo de crescimento fundamentado no mercado externo e a base de suas mercadorias produzidas no setor primário, o que as caracterizou como economias dependentes daquele mercado. É precisamente neste contexto que as restrições tecnológicas e de capitais se fazem presentes e retardam o desenvolvimento econômico da região.

O início dos movimentos, nas respectivas economias, rumo às transformações do modelo de desenvolvimento econômico se processou, principalmente, no pós-guerra, quando o núcleo do projeto de transformação teve como referência a industrialização. Para isso um conjunto de medidas de políticas econômicas foi implementado e impuseram um vigoroso ritmo de crescimento que concluiu resultados positivos e negativos: os primeiros são identificados na passagem do rural para urbano; enquanto que os segundos ficaram configurados nas expressivas diferenças sociais que, ao longo do tempo, foram se acumulando.

Este texto pretende pontuar algumas informações a respeito do crescimento econômico e da pobreza no contexto da América Latina. Para tanto, desenvolve observações a respeito do crescimento econômico e sobre a dimensão da pobreza para finalizar refletindo acerca das assimetrias entre esses movimentos.

* Doutor em Economia pela UNICAMP e Professor Titular Permanente da FACE/PUCRS e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da FSS/PUCRS.

1 – O crescimento econômico na América Latina

A historiografia da América Latina tem sido estudada e analisada por diferentes pensadores que, independente de suas posturas teóricas ou ideológicas tem concluído que se trata de uma região que guarda, em seu conjunto de países, um número significativo de peculiaridades que, em determinados momentos, apresentam semelhanças e em outros diferenças marcantes.

Colonizada por espanhóis e portugueses, a região, têm como herança comum aspectos culturais e econômicos. Sua trajetória econômica foi permeada por ciclos de prosperidade e depressão no comércio dos produtos de exportação o que dificultou o desenvolvimento da região. Como conseqüência da demora de Espanha e Portugal a inserirem-se no contexto do capitalismo industrial, os países latino americanos foram mantidos na periferia daquele processo. Assim, quando da conquista da independência política no século XIX “(...) *os países latino-americanos careciam de uma base industrial sólida e de mercados garantidos para os produtos primários que exportavam.* (Cardoso e Helwege, 1993, pg. 19)”.

Por outro lado, os Estados “(...) *colonizados um século mais tarde tiveram o benefício dos seus laços com o dinâmico mercado industrial da Inglaterra, e emergiram, no século XX, como uma potência industrial*”.(Cardoso e Helwege, 1993, pg. 19). Isto, ainda que de forma não aprofundada, aponta para uma das razões que fundamentam o atraso econômico das economias da América Latina. Em razão das limitações de espaço, deixa-se de desenvolver referências mais longas a essa e outras questões, sem, no entanto deixar de sugerir seu exame. Assim, as informações contidas no Quadro 1 possibilitam uma observação sintética da trajetória das economias desta região.

Quadro 1

Síntese da cronologia histórica das economias da América Latina

Período	Data	Comentário
Colônia	1500 - 1700	Exploração predatória, extração de minerais.
Guerra da independência	1810 – 1824 1825 – 1870	Ingresso na economia mundial
Crescimento com base nas exportações	1870 – 1914 1915 – 1930	Idade do ouro Progresso paralisado
Crescimento com base na produção industrial	1930 – 1970 1970 – 2000	Substituição de importações Crise e reestruturação produtiva

Fonte: Sistematização do autor.

Como se observa é somente no século XX que os países latino-americanos passam adotar políticas econômicas semelhantes, pois tem em comum o estabelecimento da industrialização como meio de substituição dos produtos importados, buscando, desta forma, diminuir sua dependência da exportação de produtos primários.

Assim evidencia-se uma mudança da base produtiva primária para industrial, o que, do ponto de vista da mobilidade populacional, vai resultar no aprofundamento do fluxo

agrário-exportador para urbano industrial. Trata-se de um processo de transição que, no aspecto teórico, fundamenta-se principalmente nos pressupostos da Comissão de Estudos para a América Latina (CEPAL)¹. Na perspectiva deste texto é importante destacar que as transformações políticas e econômicas que culminam com a mudança de base produtiva na região, retratam uma coincidência temporal com o movimento que ocorre no contexto da economia mundial em meados dos anos 40.

“O interesse pelo crescimento econômico ressurgiu ao final da Segunda Guerra. Duas circunstâncias contribuíram para isso: a preocupação, nos países capitalistas maduros, com a possibilidade de manutenção do crescimento; e a situação dos países do Terceiro Mundo, que buscavam uma trajetória de desenvolvimento”.(Bastos e Silva, 1995, pg. 118)

Assim, é na crença de que a trajetória de crescimento econômico seria o caminho natural para a superação do atraso da América Latina que, suas diferentes unidades econômicas implantam, quase que simultaneamente, conjuntos de medidas de política econômica muito semelhantes, fato que deve ser interpretado como normal, dado que os objetivos são comuns às unidades. Outro ponto que deve ser destacado é o da certeza de que o instrumento fundamental para o crescimento era a via da industrialização. Daí o modelo de substituição de importações.

Portanto, de uma forma geral, é possível aferir que dos anos 50 em diante as unidades econômicas da Região passam a demonstrar em suas respectivas matrizes produtivas os resultados das medidas adotadas para as mudanças almeçadas. Para uma melhor visualização destacam-se alguns agregados macroeconômicos. Para tanto se utiliza uma *proxy* das seis principais economias da Região, abrindo destaque para alguns agregados que apontam para a trajetória de crescimento econômico.

Dentre os agregados macroeconômicos, o que mais expressa trajetória de crescimento é o Produto Interno Bruto (PIB). As informações contidas na Tabela 1 permitem visualizar o comportamento do produto destas economias nos períodos selecionados.

Tabela 1

Principais países da América Latina
Taxa Geométrica de crescimento do PIB por períodos selecionados

PAÍSES	PERÍODOS SELECIONADOS				
	1970/75	1975/80	1980/85	1985/90	1990/94
Argentina	3,56	2,96	-2,00	-0,24	8,51
Brasil	9,60	7,13	1,27	1,84	2,36
Chile	-1,58	6,58	-0,43	6,30	6,93
Colômbia	5,51	5,21	2,22	4,48	4,21
México	6,34	6,44	1,92	1,66	3,49
Venezuela	4,81	3,27	-1,31	2,56	2,86
Total	6,47	5,90	0,92	1,95	3,80

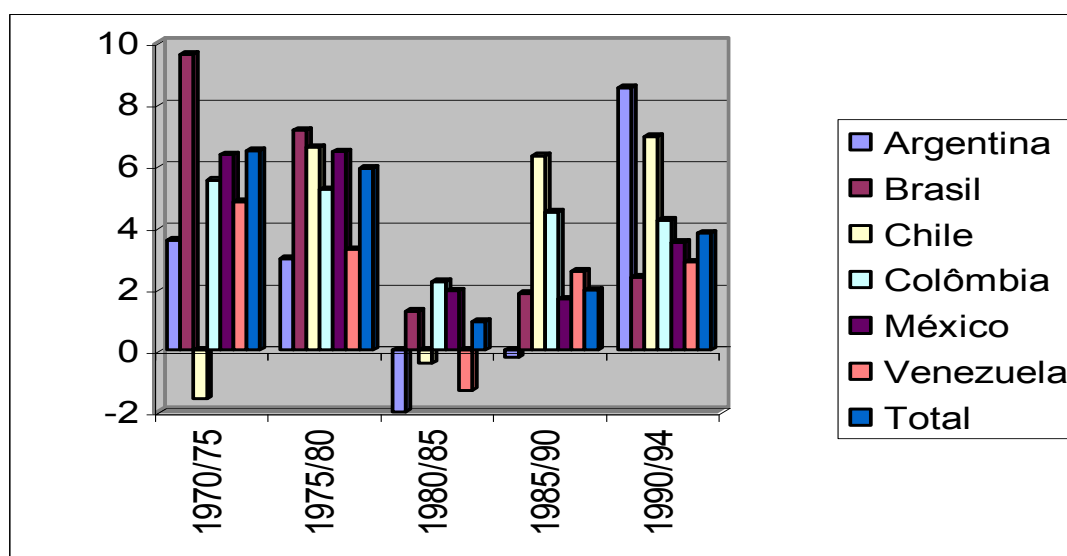
Fonte: HOFMAN, André A. The Economic Development of Latin America in twentieth century. Northampton,MA,USA : Edward Elgar, 2000.

¹ Para um aprofundamento do diagnóstico da CEPAL ver. Presbisch(1949), Rodriguez (1981), Fajnzylber (1989) entre outros.

Nesta perspectiva destaca-se, pela ordem de grandeza absoluta do PIB, a importância de economias como: Brasil, México e Argentina, que ao longo do período observado aumentaram seu produto em 3,0, 2,6 e 1,7 vezes respectivamente. Para que esta constatação tenha a relevância requerida é preciso considerar a partir de que base esses aumentos se efetivam. (Tabela 1 anexo estatístico). As informações do Gráfico 1 ao reproduzirem as taxas de crescimento do PIB permitem visualizar que a década dos anos 70 foi de notável crescimento no conjunto das principais economias da região, sendo que no período 1970/75 a exceção fica por conta do Chile. Com referência à década seguinte fica nítida a crise que se instala na região: todas as economias diminuem seus ritmos de crescimento, sendo que nos primeiros 5 anos da década economias como: Argentina, Chile e Venezuela apresentam crescimento negativo, enquanto que Brasil, Colômbia e México apresentam taxas bem inferiores ao período anterior. Em realidade os dois grandes males que atingem essas economias estão ligados a fatores internos e externos. Os primeiros se expressam pelos desequilíbrios dos agregados macroeconômicos internos enquanto, os segundos ficam por conta dos desequilíbrios nas relações internacionais, principalmente a partir da dívida externa.

Gráfico 1

Principais países da América Latina
Taxa Geométrica de crescimento do PIB por períodos selecionados



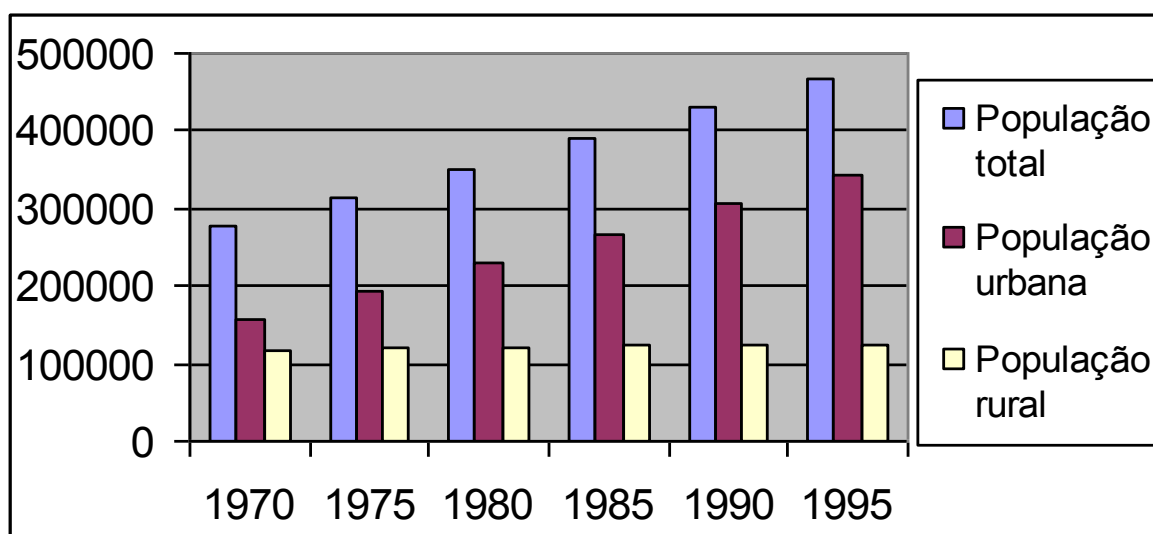
Fonte: Tabela 1 do anexo estatístico.

Na segunda metade dos anos 80, em razão de negociações e de implantação de conjuntos de medidas de políticas econômicas que remeteram para a geração das condições necessárias ao forte ajuste conjuntural e estrutural que se processaria no decorrer dos anos 90, essas economias, ressalvadas suas respectivas peculiaridades, mostram sinais de recuperação de suas trajetórias de crescimento do PIB.

Por outro lado, no contexto da trajetória de mudança da condição de economias agrárias para economias urbanas, as economias da América Latina, além de apresentarem a performance de crescimento do PIB, anteriormente comentada, também alteraram consideravelmente as localizações de suas populações.

Gráfico 2

Principais países da América Latina
População total, urbana e rural



Fonte: Tabela 2 Anexo Estatístico.

As informações do Gráfico 2 são muito claras. Somente nos últimos 25 anos a população da região praticamente dobra e sua localização resulta basicamente nos perímetros urbanos. Esse fato deve ser visto a partir de duas óticas: primeira, a urbanização é resultante da acelerada mudança da base produtiva de agrário-exportadora para urbano-industrial, feita, na maioria dos países, sem a concomitância de uma política agrícola que orientasse novas bases e condições para a vida no perímetro rural. Na ausência disso, as populações migraram para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida; e, segunda, em razão da velocidade e do volume, os fluxos migratórios resultaram, na maioria das situações, na transferência dos problemas de diferenças econômicas e sociais já existentes no campo para as cidades e, seguramente, de maneira reforçada. Neste sentido o recrudescimento das tradicionais diferenças econômicas e sociais no contexto da região continuaram se processando independente do crescimento do produto anteriormente comentado.

Outra forma de constatar as transformações da base produtiva e reforçar a referência aos fluxos migratórios é por meio da absorção da mão-de-obra por setores de atividade econômica, o que pode ser detectado a partir das informações contidas na Tabela 2.

O emprego no setor agrícola diminuiu consideravelmente. No início dos anos 90 em países como Brasil e México chega a representar 1/3 do que era em 1950. No conjunto

dos países selecionados todos apresentam redução na absorção de mão-de-obra na agricultura, o que permite ratificar as alterações na base produtiva².

Tabela 2

Principais países da América Latina
Composição percentual do emprego por setores de atividade

Setores	Países selecionados					
	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	México	Venezuela
Agricultura						
1950	25.3	60.1	32.0	56.3	60.9	45.2
1973	15,2	42.8	21.6	38.9	39.7	23.4
1980	13.2	30.3	16.3	30.0	36.8	15.8
1989	12.5	24.8	16.5	28.6	25.0	13.6
1994	12.1	22.1	16.6	27.9	20.1	12.6
Indústria						
1950	31.4	17.6	30.3	18.2	16.7	20.1
1973	33.8	23.9	34.9	22.6	27.7	25.5
1980	36.3	29.2	29.7	26.2	26.7	29.0
1989	25.9	24.2	24.0	23.8	26.9	23.8
1994	21.4	21.8	21.3	22.6	27.0	21.4
Serviços						
1950	43.4	22.3	37.7	25.5	22.4	34.8
1973	51.0	33.3	43.4	38.4	32.5	51.1
1980	50.5	40.4	54.1	43.8	36.5	55.2
1989	61.7	51.0	59.6	47.5	48.1	62.5
1994	66.5	56.1	62.1	49.4	52.8	66.0

Fonte: HOFMAN, André A. The Economic Development of Latin America in twentieth century. Northampton,MA,USA : Edward Elgar, 2000.

Com referência ao setor industrial as informações indicam, de 1950 a 1980, a existência de uma tendência crescente de absorção de mão-de-obra, o que ratifica, na agenda dos governantes, a prioridade da produção industrial em detrimento da agrícola. Esta trajetória tem sua inflexão em meados da década dos anos 80 em razão da crise que se propaga na região, principalmente no Brasil, México e Argentina. Assim, dos anos 80 a 1994 observa-se uma tendência decrescente na absorção de emprego de recorte industrial, na maioria dos países selecionados³. No que respeita a evolução do setor serviços, é importante percebê-lo a partir de duas perspectivas: primeira, no período das transformações na base produtiva, este setor acompanhou a tendência do setor industrial e foi coadjuvante na absorção da mão-de-obra que migrava da agricultura; segunda, em

² Esta referência não implica em nenhuma constatação a respeito do volume de produção nos segmentos da agricultura. Em realidade, em alguns destes países a produção e, até mesmo a produtividade agrícola teve significativo crescimento em razão de incorporação de progresso técnico.

³ Chama-se atenção para o fato de que a diminuição de absorção de mão-de-obra no setor industrial, ressalvadas as devidas proporções, se determina pelos mesmos argumentos que motivaram a diminuição na agricultura. Em realidade, é resultante do conjunto de medidas adotadas para a superação da crise econômica dos anos 80. A reestruturação e modernização industrial, resultaram em uma redefinição da base industrial, o que significou uma vigorosa incorporação de progresso técnico. Desta forma, passou a ter outros níveis de produtividade com menor utilização de mão-de-obra.

meados dos anos 80, quando da redefinição da base industrial, o setor serviços transformou-se na única alternativa de empregabilidade formal, tanto para os migrantes da agricultura como para os desempregados da indústria⁴.

Estas observações encaminham para a conclusão de que, sem dúvida alguma, o conjunto de países da América Latina, visto principalmente a partir das seis principais economias, conformou vigorosas transformações em suas estruturas, tais como: de agrário-exportadoras para urbano-industriais, de importadora de manufaturas para substituidora de importações de manufaturas. Que, em linhas gerais, resultaram em crescimento do PIB, aumento de concentração da população urbana em detrimento da rural e conseqüente passagem de liderança na absorção de mão-de-obra do setor agrícola para os setores indústria e serviços.

Por fim, se por um lado, essas mudanças e esse crescimento permitiram que a região passasse para um outro estágio nas suas relações de produção no contexto dos mercados internacionais⁵. Por outro, não resolveu suas tradicionais diferenças sociais e, ainda ampliou o contingente da população em situações adversas das compreendidas como dignidade de vida. O item seguinte, ao tratar do custo social imposto pelo crescimento econômico no contexto das principais economias da América Latina, faz algumas reflexões a respeito da pobreza e indigência na região.

2 - Pobreza e indigência na América Latina

Existe uma grande quantidade de estudos e pesquisas que tem contribuído para a compreensão dos problemas sociais da região, entre esses se destaca o Panorama Social da América Latina, publicado anualmente pela Comissão de Estudos para a América Latina (CEPAL). Especificamente no que refere à pobreza é preciso ressaltar a existência de divergências metodológicas significativas sobre como mensurá-la. Os métodos mais utilizados são da CEPAL e do Banco Mundial⁶. De acordo com os referenciais metodológicos da CEPAL a linha de pobreza é identificada a partir de um determinado nível de rendimento onde

"(...) el monto de ingreso que permite a cada hogar satisfacer las necesidades esenciales de sus miembros. (...) la línea de pobreza de cada país y zona geográfica se estimó a partir del costo de una canasta básica de alimentos que cubre las necesidades nutricionales de la población, tomando en consideración sus hábitos de consumo, la disponibilidad efectiva de alimentos y sus precios relativos." (Panorama, 1997, pg. 51).

Entende-se que a definição proposta pela CEPAL, pelo conjunto de elementos que reúne, é cientificamente muito mais abrangente e qualificada do que a do Banco Mundial, pois possibilita a geração de elementos capazes de fundamentar a formulação de políticas

⁴ Cumpre ressaltar que este segmento também foi alvo de incorporação de progresso técnico e também teve sua cota de desemprego. No entanto, no contexto da nova economia e das recentes modificações no significado do emprego, o setor de serviço tem mostrado que, ainda pode ser a alternativa de trabalho para a maior parte da população economicamente ativa. Evidentemente que não nos padrões concebidos nos anos de 1950 a 1990.

⁵ Não está nos propósitos desta reflexão em que condições se dão essas novas relações

⁶ O Banco Mundial define pobreza como a falta de renda e adota como limite da pobreza US\$ 1 diário. Assim sendo, são pobres 33% da população do mundo, ou seja 1,3 bilhão de pessoas. Quase a metade delas, mais de 550 milhões vive na Ásia meridional ; 215 milhões, na África ao sul do Saara; e 150 milhões, na América Latina. (O Correio da Unesco, 1997).

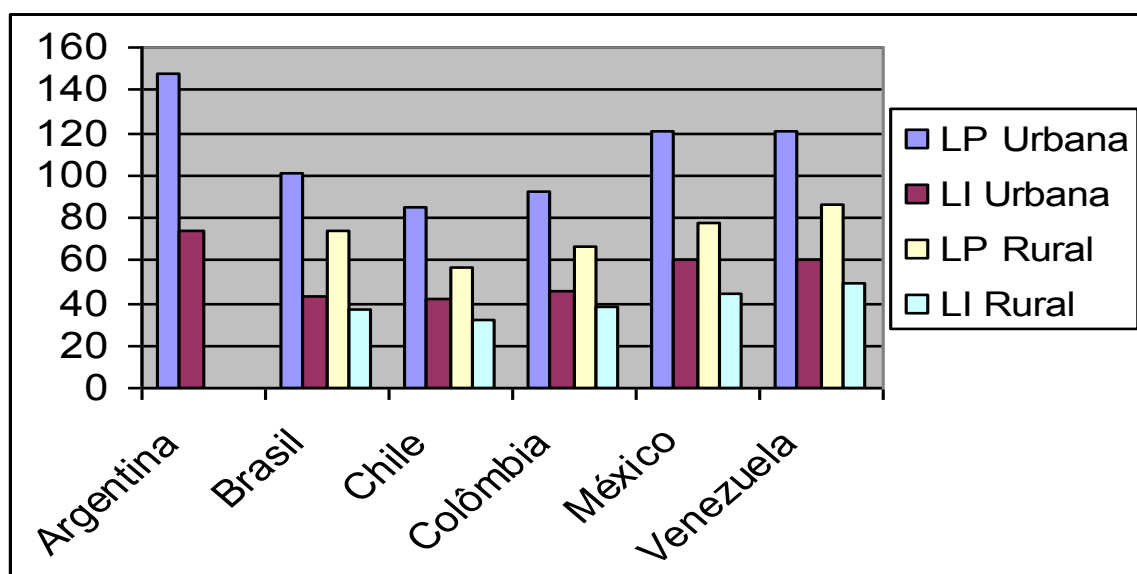
públicas que possam encaminhar soluções para a questão. Em uma dimensão mais extrema tem-se a definição de indigência, que segundo a CEPAL corresponde

"(...) al costo de la canastra alimentaria y se define como indigentes (o extremadamente pobres) a las personas que residen en hogares cuyos ingresos son tan bajos que, aunque los destinaran integradamente a comprar alimentos, no lograrían satisfacer adecuadamente las necesidades nutricionales de todos sus miembros." (Panorama, 1997, pg. 51).

Assim, tendo como referencial a metodologia da CEPAL, as informações contidas no Gráfico 3 permitem reter uma visualização da determinação quantificada das linhas de pobreza e de indigência para as principais economias da região. Sendo que estas fixações também podem ser calculadas a partir do perímetro de localização da população, se urbana ou rural. Sugere-se que a leitura do Gráfico 3 seja acompanhada da análise da Tabela 3 do anexo estatístico, pois a partir desta observação é possível ter uma noção, ainda que breve, do poder aquisitivo dos respectivos padrões monetários em relação ao dólar americano.

Gráfico 3

Principais países da América Latina
Linhas de Pobreza e de Indigência - 1997



Fonte: Tabela 3 do anexo estatístico.

Mais do que qualquer questionamento a respeito dos critérios para determinação do nível da linha de pobreza ou de indigência, feitas a partir de uma cesta básica, o mais relevante é levantar questões a respeito do significado, em termos de poder aquisitivo, deste valores monetários. Não resta dúvida de que esses valores, independente da categoria, requerem uma complementação, por meio de programas sociais, pois é evidente sua insuficiência para o financiamento das necessidades básicas de uma família, ainda que de porte médio. Certamente que o grande desafio que deveria estar sendo proposto pelos diferentes governantes, não se restringe a uma renda de complementação, mas sim à geração de formas de inserção.

A CEPAL em seu relatório Panorama Social da América Latina de 1998, analisa esta questão. Entende a situação como problemática, sua conclusão é um tanto amena, pois ressalta a melhoria nos indicadores uma vez que, praticamente, retornaram aos níveis de 1980. O fato é que o número de indivíduos nessas condições, pobreza e/ou indigência, ainda é muito elevado. As informações contidas na Tabela 3 expressam a dimensão do problema para o conjunto da América Latina, nos últimos 20 anos. Chama-se atenção para o significado da pobreza e da indigência no perímetro rural da região. Em 1990 o percentual de indivíduos abaixo da linha de pobreza no meio rural chegou a 58% e a indigência alcançou 34% e, em 1997 os números para essas mesmas variáveis são 54% e 31%. Ou seja, são percentuais muito expressivos para serem amenizados. Os números que conformam a dimensão urbana não são menos preocupantes e podem ser observados a seguir.

Tabela 3

Pobreza e Indigência na América Latina
Porcentagem segundo o perímetro de localização

Ano	Pobres			Indigentes		
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural
1980	35	25	54	15	9	28
1990	41	35	58	18	12	34
1994	38	32	56	16	11	34
1997	36	30	54	15	10	31

Fonte: CEPAL: Panorama Social - 1998.

Localizando essas mesmas observações a partir das principais economias da Região verificam-se situações bastante contrastantes: uma parte rica, moderna e de consumo elevado e outra parte pobre, miserável gerando todas as condições para a composição de um círculo cronicamente perverso de exclusão social. (Tabela 4 do anexo estatístico)

Considerações finais

Este texto, ao procurar confrontar o comportamento de agregados econômicos, que demonstram uma nítida trajetória de crescimento econômico, com alguns indicadores, cujo comportamento configuram uma crônica desigualdade social na América Latina conclui destacando a presença de uma permanente assimetria. Ao mesmo tempo em que, principalmente ao longo dos últimos 50 anos, a região avança rapidamente rumo as transformações em sua estrutura produtiva e daí obtém resultados que lhe conferem significativas taxas de crescimento econômico, em paralelo conserva e amplia um conjunto de desigualdades sociais.

O cerne dessa assimetria não está no crescimento e sim na forma como seus resultados não vêm se traduzindo em fonte de financiamento para o combate as desigualdades. Nos principais países observados, a proposta, via de regra é a mesma. Ou seja, a necessidade do crescimento para financiar as desigualdades sociais, o que na prática não vêm ocorrendo pelo menos no nível necessário.

Observados pela ótica da pobreza e indigência, esse comportamento crônico se faz sentir em diferentes outras categorias. Na família, por exemplo, constata-se um constante

debilitamento, pois é crescente sua dificuldade em proporcionar uma infância normal, o que tem efeitos diretos na saúde, educação etc.

Em realidade, os problemas sociais da região não ocorrem isoladamente. Existem profundas inter-relações que, ao longo do tempo, vão formando “círculos perversos”. O fato de pertencer a uma família no contexto das categorias pobreza e indigência, aumenta as chances da criança ter que trabalhar muito cedo e assim deixar a escola. Nesta perspectiva, terá ainda dificuldades para formar sua própria família na busca da superação dessas condições.

Desta maneira, o círculo perverso: “família pobre, educação incompleta, desemprego, pobreza”, interage com outros círculos perversos, como o da falta de acesso a bens essenciais como água potável, instalações sanitárias, eletricidade, saúde, entre outros. No conjunto, esse seguramente é o principal núcleo da desigualdade social na América Latina, embora não se deva esquecer os velhos eixos problemáticos de outros tempos que ainda subsistem na região, tais como a dualidade rural/urbano.

Bibliografia

- BASTOS, Vânia Lomônaco e SILVA, Maria Luiza Falcão. Para Entender as Economias do Terceiro Mundo. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1995.
- CARDOSO, Eliana e HELWEGE, Ann. A Economia da América Latina: diversidade, tendências e conflitos. São Paulo : Ática, 1993.
- DEMO, Pedro. Exclusão Social: novas e velhas formas. Brasília : UnB, 1996.
- FAJNZYLBER, Fernando. Industrialización en América Latina: de la caja negra al casillero vacío. Santiago, Chile : Cuadernos de la Cepal, n. 60, 1989.
- HOFMAN, André A. The Economic Development of Latin America in twentieth century. Northampton,MA,USA : Edward Elgar, 2000.
- MATTOSO, Jorge. O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo ; Fundação Perseu Abramo, 1999.
- O CORREIO DA UNESCO. Que é pobreza. Brasil, março, ano 25, nº 3, 1997.
- POLETO, Dorival W. (Coord.). Seminário Internacional: 50 Anos do Manifesto da Cepal. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2000.
- PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de América Latina y sus principales problemas. Santiago, Chile : Cepal (E/CN. 12/89), 1949.
- REIS, Carlos Nelson dos. A Relação Estado-Sociedade: o desmonte das instituições sociais e a exclusão social. In: Análise, Porto Alegre, v. 8, n. 2, 1997.
- RODGER, Gerry. Overcoming exclusion: livelihood and rights in economic and social development. Geneve : OIT, 1994.
- RODRIGUEZ, Octávio, La teoría del subdesarrollo de la Cepal. México : Siglo Veintiuno, 1981.
- SALAMA, Pierre. Pobreza e Exploração do Trabalho na América Latina. São Paulo : Boitempo Editorial, 1999.
- SCHNAPPER, Dominique. Integração e Exclusão nas sociedades modernas. In:PAUGAN, Serge (org.) L'Exclusion Fétat des savoir. Paris : Decouverte, 1996.
- WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão . In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo : Cortez, n. 55, 1999.

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela 1

Principais países da América Latina
 PIB total – preços de 1980

Milhões de US\$

PAÍSES	PONTOS SELECIONADOS					
	1970	1975	1980	1985	1990	1994
Argentina	102,306	122,223	141,750	128,289	126,774	178,163
Brasil	177,098	286,134	408,758	435,458	477,451	524,685
Chile	28,234	26,084	36,247	35,470	48,609	64,138
Colômbia	39,981	52,673	68,361	76,395	95,599	113,138
México	176,044	241,705	333,588	367,196	399,002	458,742
Venezuela	47,002	59,796	70,416	65,936	74,934	84,017
Total	570,665	788,615	1.059,120	1.108,744	1.222,369	1.422,883

Fonte: HOFMAN, André A. The Economic Development of Latin America in twentieth century. Northampton,MA,USA : Edward Elgar, 2000.

Tabela 2

Principais países da América Latina
 Linhas de Pobreza e de Indigência – 1997

País	Área	Em moeda Corrente de cada país		Em dólares dos Estados Unidos	
		LP	LI	LP	LI
Argentina	Urbana	147.9	74.0	148.0	74.0
	Rural	-	-	-	-
Brasil	Urbana	108.3	46.1	100.4	42.8
	Rural	79.3	39.4	73.5	36.5
Chile	Urbana	35 513.8	17 756.9	84.7	42.3
	Rural	23 944.2	13 682.4	57.1	32.6
Colômbia	Urbana	10 5216.6	52 608.3	92.2	46.1
	Rural	75 977.0	43 415.4	66.6	38.1
México	Urbana	952.5	476.2	120.4	60,2
	Rural	617.4	352.8	78.0	44.6
Venezuela	Urbana	58 851.7	29 756.9	120.4	60.9
	Rural	42 103.5	24 059.2	86.2	49.2

Fonte: CEPAL: Panorama Social - 1998.

Nota: Linha de pobreza (LP) e Linha de indigência (LI).

Tabela 3

Principais países da América Latina
População por períodos selecionados

Países e áreas	1970	1975	1980	1985	1990	1995
América Latina						
População total	276147	312701	351678	390512	429775	468889
População urbana	158558	192026	229537	266416	305252	343909
População rural	117589	120674	122140	124096	124524	124980
Argentina						
População total	23962	26049	28094	30305	32527	34768
População urbana	18797	21031	23313	25731	28256	30715
População rural	5165	5018	4780	4574	4271	4053
Brasil						
População total	96021	108167	121672	135262	148030	159608
População urbana	53415	66460	81842	96068	110579	123776
População rural	42606	41707	39830	39195	37451	35832
Chile						
População total	9496	10337	11147	12047	13100	14210
População urbana	6930	7853	8802	9775	10848	11987
População rural	2566	2484	2345	2272	2251	2223
Colômbia						
População total	22561	25381	28447	31659	34970	38542
População urbana	12977	15645	18281	21184	24251	27773
População rural	9584	9736	10165	10475	10719	10769
México						
População total	50596	59099	67570	75465	83226	91145
População urbana	29816	36801	44266	51764	59464	66902
População rural	20780	22298	23304	23701	23762	24244
Venezuela						
População total	10721	12734	15091	17138	19502	21844
População urbana	7701	9600	11912	13986	16365	18748
População rural	3020	3135	3179	3152	3137	3096

Fonte: HOFMAN, André A. The Economic Development of Latin America in twentieth century. Northampton, MA, USA : Edward Elgar, 2000.

Tabela 4

Principais Países da América Latina
Pobreza e Indigência por países (1989 - 1997)

%

Países	Anos	População abaixo da linha de pobreza			População abaixo da linha de indigência		
		Total	Área Urbana	Área Rural	Total	Área Urbana	Área Rural
Argentina	1990	-	16	-	-	4	-
	1994	-	10	-	-	2	-
	1997	-	13	-	-	3	-
Brasil	1990	41	36	64	18	13	38
	1993	37	23	53	15	12	30
	1996	29	25	46	11	8	23
Chile	1990	33	33	34	11	10	12
	1994	24	24	26	7	6	8
	1996	20	19	26	5	4	8
Colômbia	1990	-	35*	-	-	12*	-
	1994	47	41	57	25	16	38
	1997	45	39	54	20	15	29
México	1989	39	34	49	14	9	23
	1994	36	29	47	12	6	20
	1996	43	38	53	16	10	25
Venezuela	1990	34	33	38	12	11	17
	1994	42	41	48	15	14	23
	1997	42	-	-	17	-	-

Fonte: CEPAL: Panorama Social – 1998